



## Expectativa é que andamento dos processos seja mais facilitado

No meio dos chamados "processualistas", a expectativa pelo novo código é grande. Segundo o juiz John Silas, mestre em Direito Público e professor de Processo Civil na Universidade Federal de Alagoas (Ufal), as mudanças devem facilitar o trabalho dos juizes e demais operadores do Direito.

"Estamos com muita expectativa de que facilitem o andamento dos processos, diminuam o tempo deles em cartório, ou seja, que as decisões sejam mais ágeis. Mas só quando o novo CPC entrar em vigor é que a gente vai ver, na prática, se vai funcionar", considera o juiz. "Na semana passada estive em um encontro com vários processualistas de todo o país. Alguns enunciados foram elaborados para serem repassados ao Congresso, visando dar maior celeridade a tudo isso", afirmou.

Para os advogados, o momento já é de comemoração. Pleitos antigos foram atendidos, como é o caso das férias. Os prazos processuais, as audiências e julgamentos serão suspensos durante um mês entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, para que a categoria possa ter o des-

canso anual. Também foram estabelecidas melhorias em relação a honorários, tanto para advogados públicos quanto privados. "Do ponto de vista da classe dos advogados, o código traz uma série de avanços. O Congresso foi muito sensível aos pleitos da OAB. Sem dúvida nenhuma, o código vai consolidar conquistas importantes para a advocacia", observa Bomfim.

### TRAMITAÇÃO

A celeridade dos processos beneficiará clientes e advogados, de acordo com Thiago Bomfim. "Um processo célere traz um resultado mais rápido para o cliente e para o advogado. E é bom lembrar que celeridade não pode ser confundida com atropelo processual, até porque o fato de o código eliminar

uma série de recursos não quer dizer que você perdeu a oportunidade de discutir a sua tese na Justiça. O código vai trazer algumas alternativas, acelerando o tramite processual", explica.

Fátima Pirauá concorda que o cidadão é quem mais ganha com a agilidade nas decisões judiciais. "A diminuição dos recursos é melhor para o cidadão, porque se julga mais rápido. E normalmente quem mais recorre é quem mais pode, é o próprio Estado, a União, os municípios. Se o cidadão estiver litigando com alguém mais forte, com uma empresa grande, vai ser melhor para ele com o novo código, já que a outra parte não vai poder recorrer tanto como acontece hoje em dia", conclui a juíza. **LB**